

Atrapalhando o negócio

Um colega professor da Universidade Católica de Brasília, no auge das dificuldades de encerramento do semestre, fez um registro forte e provocador. Segundo o professor João Donato, nas instituições particulares de ensino superior existe um negócio em andamento. De um lado, a entidade educacional pretende vender um diploma universitário. Do outro lado, o estudante pretende comprar o referido título. No meio, tal qual um “espírito de porco”, tentando atrapalhar o negócio, está o pobre professor.

Concordei, em termos, com o colega. Afirmei, na ocasião, que a “coisa” funcionava assim, com maior ou menor intensidade, dependendo do perfil da instituição universitária considerada. Em algumas, esse seria predominante ou majoritário. Em outras, esse fio condutor seria residual ou francamente minoritário.

Três pleitos de revisão de menção ou nota, formulados por alunos reprovados na disciplina Direito Tributário II, ministrado por mim no primeiro semestre de 2011, funcionaram como um verdadeiro choque de realidade.

No primeiro caso, o estudante afirmou literalmente o seguinte: *“O Requerente foi aprovado nas demais matérias de todo o curso de Direito da Universidade Católica, é formando, aprovado inclusive na matéria 'Monografia' e também possui todas 'Atividades Complementares' concluídas. Não obstante todo o exposto necessita ser liberado da Disciplina 'Direito Tributário II' para concluir o Curso de Direito e colar grau”*.

No segundo caso, a aluna ponderou: *“Desta maneira peço a sua compreensão, pois estou no penúltimo semestre e esta será uma disciplina a mais para conseguir terminar o meu curso”*.

Na terceira situação, o estudante consignou: *“... acredito que fiz o bastante para p/ obter nota, e ainda consegui nota 6,5 [a nota ou média final de aprovação era 7,0]. Gostaria de lhe pedir que analise cuidadosamente a minha situação, pois está disciplina esta me prejudicando bastante”*.

Convém destacar que nos três casos não foram apontados equívocos na correção de nenhuma das atividades de avaliação realizadas no âmbito da disciplina. Assim, parece que no imaginário coletivo estudantil, existe um direito (natural?) à aprovação, independentemente de desempenho ou resultados de avaliações.